

Orientalismo impresso: a Revolução Iraniana e suas representações por meio das charges de Landrú no jornal *Clarín* (1979-1980)¹

Printed Orientalism: the Iranian Revolution and its representations through Landrú charges in *Clarín* journal (1979-1980)

Orientalismo impreso: la Revolución Iraní y sus representaciones a través de cargos Landrú en el Revista *Clarín* (1979-1980)

*David Anderson Zanoni*²

Resumo: A Revolução Iraniana de 1979 foi um marco político e social mundial na história do século XX. O processo de deposição do governo imperial, aliado dos Estados Unidos e configurado por uma autocracia ditatorial dinástica, capitaneada pelo xá Mohammad Reza Pahlevi foi deposto por uma movimento social e religioso sem precedentes, dando lugar para uma democracia islâmica conduzida pelo líder xiita Aiatolá Ruhollah Khomeini. Todo este processo foi acompanhado e reportado pela mídia ocidental de forma contínua. Desta forma, procuramos apresentar por meio do jornal argentino *Clarín* e, em especial, pelas charges do cartunista e ilustrado Juan Carlos Colombres, o “Landrú”, como revolução foi apresentada ou ilustrada, tendo como referencial teórico Edward Saíd e o Orientalismo: teoria que propõem, entre outras questões, uma pseudo superioridade ocidental sobre o Mundo Árabe e Muçulmano.

Palavras-chave: Mídia Ocidental. Orientalismo. Revolução Iraniana.

Abstract: The Iranian Revolution of 1979 was a worldwide political and social landmark in the history of the 20th century. The process of deposition of the imperial government, an ally of the United States and configured by a dynastic dictatorial autocracy, led by Shah Mohammad Reza Pahlevi, was deposed by an unprecedented social and religious movement,

giving way to an Islamic democracy led by the Shiite leader Ayatollah Ruhollah Khomeini . This whole process was continuously followed and reported by the western media. In this way, we seek to present, through the Argentine newspaper *Clarín* and, in particular, through the cartoons of the cartoonist and illustrator Juan Carlos Colombres, the “Landrú”, as a revolution was presented or illustrated, having as a theoretical reference Edward Saíd and Orientalism: a theory that proposes, among other issues, a pseudo Western superiority over the Arab and Muslim world.

Key words: Western Media. Orientalism. Iranian Revolution.

Resumen: La Revolución Iraní de 1979 fue un hito político y social mundial en la historia del siglo XX. El proceso de deposición del gobierno imperial, aliado de Estados Unidos y configurado por una autocracia dictatorial dinástica, liderada por Shah Mohammad Reza Pahlevi, fue depuesto por un movimiento social y religioso sin precedentes, dando paso a una democracia islámica liderada por los chiítas. líder ayatolá Ruhollah Khomeini. Todo este proceso fue seguido e informado continuamente por los medios occidentales. De esta forma, buscamos presentar, a través del diario argentino *Clarín* y, en particular, a través de las caricaturas del dibujante e ilustrador Juan Carlos Colombres, el “Landrú”, como se presentaba o ilustraba una revolución, teniendo como referente teórico a Edward Saíd y el orientalismo: una teoría que plantea, entre otras cuestiones, una pseudo superioridad occidental sobre el mundo árabe y musulmán.

Palabras clave: Medios occidentales. Orientalismo. Revolución Iraní.

Introdução

Ao tempo em que circulam notícias do Oriente muçulmano através dos mais diversos e variados meios de comunicação, a representação política e social desse espaço geográfico parece ser exclusivamente traduzida em um mundo de violência, caos e desordem. Um lugar assolado por guerras e imerso no mais profundo fanatismo religioso. Portanto, a partir desse prisma, tanto harmonia quanto paz social inexistem. Uma sociedade mergulhada no mais puro retrocesso, onde o mais notório parece ser os escombros, o terror, as ruínas, a desolação e a morte.

A guerra, portanto, traduz-se em um produto comum, cuja imagem que prevalece está associada ao não progresso, à falta de liberdade e modernidade. Dessa forma, nos convém perguntar: existe um marco na história do tempo presente para tal foco noticioso atrelado ao Oriente Médio na imprensa ocidental? Como são transpostas essas informações? Ademais, qual o interesse desses meios de comunicação em noticiar ao mundo tais questões? Além disso, seria totalmente desprezioso tal olhar ocidental acerca dos povos do Oriente Médio?

Enfim, uma série de perguntas emerge ao pensarmos o Oriente muçulmano e, a partir disso, procuraremos responder tais inquietações com a proposta de pesquisa aqui apresentada.

Em 1979, o Irã viveu a maior mudança política e social de sua história contemporânea. Através do fenômeno que ficou conhecido como Revolução Iraniana, o país, até então regido por uma autocracia dinástica, os Pahlavi (1925-1979), tornou-se uma República Islâmica capitaneada pelos clérigos xiitas. A designação religiosa presente no próprio nome do país, importante ressaltar, é um vetor relevante de entendimento do processo revolucionário, porém não o único. Além do aspecto religioso, questões sociais, políticas, econômicas e culturais contemplam uma série de insatisfações populares há décadas pautadas pela sociedade iraniana, com exceção de uma minoria da elite, a qual se beneficiava da política palaciana.

Em todo o regime da dinastia Pahlavi, o Irã vivia sob o controle de um regime repressivo e com inúmeras desigualdades sociais. Proibições ao culto islâmico, o uso de véu pelas mulheres e aberto ao capital estrangeiro, a população vivia em condições insalubres, são apenas alguns exemplos. Os trabalhadores cumpriam longas jornadas de trabalho, recebiam salários insuficientes e eram desprovidos de qualquer direito trabalhista. Inexistiam políticas sociais ou qualquer tipo de assistencialismo. Cerca de 80% da população era analfabeta e apenas uma pequena elite local era beneficiada financeiramente em detrimento da grande maioria dos iranianos.

Somado a todo o tipo de mazelas sociais, e vendo uma série de estrangeiros abrigados em palacetes rodeados por piscinas e todo conforto possível, enquanto a população fazia casas com restos de barris de petróleo, não possuía saneamento básico e nem energia elétrica, o sentimento de revolta popular crescia diariamente.

O governo Pahlavi, tendo como eminência parda os Estados Unidos, entre 1953-1979, reprimiu ainda mais a população iraniana. Decretou o fim da liberdade de expressão com o controle da imprensa, controle do culto religioso xiita, das vestimentas femininas, intensa abertura ao capital estrangeiro, principalmente o estadunidense que começou a ocupar o lugar dos britânicos. O aumento da estratificação social, perseguições sumárias aos opositores do regime através da polícia política do xá, a SAVAK³, entre outras medidas, tornaram o Irã um dos países que mais violaram os direitos humanos na década de 1960 e 1970⁴. A partir de 1963, o xá deu início a uma série de ações governamentais que, segundo ele, tinham o propósito de modernizar o Irã. Assim como o pai, ele pretendia tornar o Irã uma potência regional. Com os chamados petrodólares, o governante iraniano adquiriu o que havia de mais moderno em material bélico, sendo os Estados Unidos seu maior fornecedor. Enquanto isso, a

população passava fome e via 45 mil técnicos estadunidenses instalando-se no Irã em casas de alto padrão.

A partir dessa contextualização, propomos analisar as representações do processo revolucionário a partir do conceito proposto pelo pesquisador e professor paquistanês erradicado nos Estados Unidos Edward Said a luz o discurso midiático ocidental, sobretudo, estadunidense. Levando em consideração as importantes mudanças de rumo que o processo iraniano provocou na política internacional, tentaremos entender, nesse sentido, como o conceito do Orientalismo pode estar ligado ao processo político iraniano. Tendo como fonte algumas charges do cartunista Juan Carlos Colombres, o Landrú, tentaremos demonstrar como o conceito capitaneado por Said apresenta-se nas charges e no conteúdo do jornal argentino.

O Oriente visto pelo Ocidente: o Orientalismo

O debate entre Oriente e Ocidente não é recente. Pesquisadores orientais e ocidentais procuram compreender e explicar essa complexa relação histórica entre esses dois polos. Neste estudo, mais especificamente entre o islã e a Europa e os Estados Unidos, nos últimos cem anos. Assim, como ponto de partida dessa abordagem, faz-se necessário o entendimento dessa relação conflituosa nas suas mais diversas facetas: cultural, ideológica, política, econômica e diplomática, gerando consequências extremas.

Por orientalistas, seguindo a teoria capitaneada por Edward Said, entendemos aqui os pesquisadores que constroem ou representam o Oriente a partir de uma visão ocidental, com juízo de valor e demais generalizações, sendo considerados pseudo-orientalistas. Por outro lado, temos pesquisadores engajados em demonstrar o quão genéricas ou simplistas podem ser as teorias que unificam ou minimizam ideias ou conceitos tão complexos. Entendemos que tais premissas generalizantes são merecedoras de um olhar atento e pesquisas sérias, pois produzem julgamentos precipitados e criam representações deturpadas acerca dos povos e culturas orientais, nesse caso, as muçulmanas.

Desde o governo Ronald Reagan (1981-1989), passando pelo governo George H. W. Bush (1989-1993) e, algum tempo depois, George W. Bush (2001-2009) – este último que classificou o Irã como “países do eixo do mal” – e, recentemente, no governo Donald Trump, todos os citados tiveram seus argumentos para considerar os povos islâmicos como nocivos às suas pretensões mundiais. Trump, para citar o caso mais recente, desde a campanha presidencial, por exemplo, prometia banir os muçulmanos do território estadunidense.

Quando eleito, iniciou um processo de proibição de entrada de islâmicos nos Estados Unidos, acirrando, cada vez mais, as animosidades entre Ocidente e Oriente.

Começamos justamente esse debate através do professor emérito de estudos orientais da Universidade de Princeton, Bernard Lewis, o qual é um dos chamados orientalistas. Nas obras de Lewis, é possível observarmos um constante ataque à cultura islâmica. Livros como: *Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje* (1996); *O que deu errado no Oriente Médio* (2002); *A crise do Islã: guerra santa e terror profano* (2004); entre outros, procuram explicar a superioridade ocidental e um ranço histórico dos povos do Oriente Médio para com o Ocidente, primeiramente a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Lewis procura naturalizar o que chama de antiocidentalismo por parte do islã e os territórios que professam essa religião. Além disso, ao explicar a retórica de ódio oriental, Lewis afirma que os muçulmanos, sobretudo a partir do século XVI, nunca aceitaram o advento da modernidade oriunda do Ocidente, pois se tratavam de ideias trazidas por ímpios ou infiéis.

Embora Lewis admita que houvesse contribuições dos povos islâmicos à Europa, principalmente nas Ciências, e que essas foram de extrema relevância no período Antigo e Medieval, a partir do advento do período Moderno, renascentista, essa relação de troca benéfica, positiva, teria retrocedido:

A ciência e a filosofia gregas, preservadas e aprimoradas pelos muçulmanos, mas esquecidas na Europa, os algarismos indianos e o papel chinês, as laranjas e os limões, o algodão e o açúcar, e uma série inteira de outras plantas, juntamente com métodos para cultivá-las – todas estas foram apenas algumas coisas que a Europa medieval aprendeu ou adquiriu com a civilização imensamente mais avançada e sofisticada do mundo islâmico do Mediterrâneo (LEWIS, 1996, p. 246).

E complementa:

A relutância do Oriente Médio islâmico em aceitar a ciência europeia é ainda mais notável se consideramos a imensa contribuição dada pela civilização islâmica da Idade Média ao surgimento da ciência moderna. [...] Eles haviam herdado a sabedoria antiga do Egito e da Babilônia. Haviam traduzido e preservado muito da sabedoria e da ciência da Pérsia e da Grécia, que de outro modo teriam se perdido. [...] O papel dos cientistas islâmicos medievais não foi tão pouco meramente de compilação e preservação. No Oriente Médio medieval, cientistas desenvolveram uma abordagem raramente usada pelos antigos – o experimento. Através deste e de outros meios promoveram avanços importantes em praticamente todas as ciências (LEWIS, 2002, p. 92-93).

Ainda de acordo com Lewis, enquanto os europeus eram abertos ao conhecimento, ao aprendizado da cultura oriental, conhecendo sua língua, costumes e crenças, os muçulmanos desprezavam tudo o que viesse do Ocidente, em um franco ato de menosprezo, desdém ou

insignificância. A esse quadro incluem-se conceitos como: modernidade e liberdade, refutados pelos islâmicos.

Ao longo do século XX tornou-se sobejamente claro no Oriente Médio e na verdade por todas as terras do Islã que as coisas tinham realmente dado extremamente errado. Comparando com seu rival milenar, a cristandade, o mundo do islã tornara-se pobre, fraco e ignorante. Ao longo dos séculos XIX e XX, a supremacia e, portanto, a dominância do Ocidente tornou-se patente para todos, invadindo todos os aspectos da vida pública muçulmana e – mais dolorosamente – até de sua vida privada (LEWIS, 2002, p. 174).

O chamado imperialismo moderno e a sua expansão civilizacional pretendida por parte dos países ocidentais, principalmente ao final do século XIX, através do neocolonialismo, fortaleceram e potencializaram, nas palavras do autor acima referido, as relações belicosas entre Oriente e Ocidente. Inglaterra e França, apenas para citar os países que ocuparam posições territoriais em grande parte da Ásia e África, especialmente no Oriente Médio, durante o século XIX e o primeiro quarto do XX, foram exemplos desse processo. Tal expansionismo dividiu e segregou o mundo entre os ditos civilizados: modernos, industrializados, representados pelo Ocidente, e, do outro lado, os bárbaros: incivilizados, fanáticos religiosos, atrasados e não industrializados, representados pelos não ocidentais.

Para elucidar ou problematizar de maneira menos rasa ou simplista tal temática, nos reportamos a Edward Said, através de sua obra *Orientalismo* (1978). Segundo o autor:

[...] o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestadamente diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o *poder político* (como um regime imperial ou colonial), o *poder intelectual* (como as ciências dominantes, por exemplo, a linguística ou a anatomia comparadas, ou qualquer uma das modernas ciências políticas), o *poder cultural* (com as ortodoxias e os cânones de gosto, textos, valores), o *poder moral* (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” não podem fazer ou compreender como “nós” fazemos e compreendemos) (SAID, 1978, p. 41).

A chamada ideia de mundo, tendo como pressupostos os valores cristãos, liberais e democráticos, é frequentemente reforçada nos meios de comunicação, principalmente na imprensa. Tal prática, contudo, não é fruto apenas das mídias de massa modernas e recentes, muito antes, tal exercício data dos projetos de ocupação ocidentais ao Oriente no século XVII. Este é um debate suscitado pelo pesquisador Edward Said, que denomina tal prática ocidental de *Orientalismo*, configurando-se, em resumo, na tentativa de interpretação do Oriente pelo Ocidente. Assim, de acordo com Said:

[...] a indagação imaginativa das coisas orientais era baseada mais ou menos exclusivamente numa consciência ocidental soberana, de cuja centralidade não questionada surgia um mundo oriental, primeiro de acordo com as ideias gerais sobre quem ou o que era um oriental, depois de acordo com uma lógica detalhada regida não apenas pela realidade empírica, mas por uma bateria de desejos, repressões, investimentos e projeções (SAID, 2007, p.35).

Para Said, o Orientalismo é uma forma de visão ou leitura do Ocidente acerca do Oriente, conferindo-lhe, através de pseudo-orientalistas e produções ditas parciais, científicas e objetivas, sua leitura de mundo em relação ao Oriente e tudo que o circunda. Para o autor (2007, p.35), “a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa.” Em suas palavras:

O orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura geral (SAID, 2007, p. 33-34).

Said entende que existe, essencialmente, a construção de um arcabouço de teorias que procuram designar as sociedades orientais, em especial do Oriente Médio, como inferiores e bárbaras. Assim sendo, a partir do Orientalismo, seria um dever dos especialistas ocidentais ou orientalistas levarem o padrão ocidental de civilização ao Oriente, guiando suas vidas para um ideal de mundo harmonioso, democrático, liberal, progressivo e moderno. Partindo dessa premissa ocidental, entende-se que o Ocidente acredita ter autoridade e propriedade para definir o Oriente, estruturando-se então em uma espécie de “hegemonia cultural em ação que dá ao Orientalismo a durabilidade e a força necessária [...] uma ideia de Europa”, além disso, “uma noção coletiva que identifica o ‘nós’ europeus contra ‘aqueles’ não-europeus [...] a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não-europeus” (SAID, 2007, p.34).

Além de Said, outro autor dedicado a apresentar as contradições ligadas ao discurso estadunidense e a pretensa busca pela paz mundial é o italiano Domenico Losurdo. Na obra *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*, com tradução no Brasil em 2010, o autor analisa o discurso ocidental com o objetivo de dismantelar as ideologias vigentes e historicamente determinadas, justificadoras do domínio da modernidade capitalista e liberal do Ocidente e seu poder desmedido.

“Estamos em guerra” e “A guerra contra o terrorismo será longa e difícil” são as declarações que hoje ecoam na boca dos governantes, nos editoriais e nos artigos dos órgãos de informação, nos livros e libelos que competem na produção do alarme contra o perigo que paira sobre o Ocidente.

[...] E eis que, as acusações, dirigidas em primeiro lugar ao mundo islâmico, de “terrorismo”, de “fundamentalismo” (o caldo de cultura da violência terrorista) ou de cego “ódio contra o Ocidente”, outras acusações ressoam, ou melhor, ribombam.

[...] Nesse clima de mobilização total contra os bárbaros às portas da cidadela do Ocidente, e até nela instalados, seria ingênuo esperar equilíbrio e rigor na utilização das categorias, chamadas, na realidade, para rotular o inimigo e seus cúmplices e, portanto, empunhadas e brandidas como armas de guerra (LOSURDO, 2010, p. 13-14).

Já no prefácio de sua obra, o autor apresenta as contradições presentes acerca do conceito de terrorismo ou a aparente ideia de segurança nacional ou prevenção contra o chamado terror oriundo, sobretudo, dos países islâmicos. Tal entendimento faz-se imprescindível frente à atual situação apresentada pela mídia ocidental acerca dos países do Oriente muçulmano.

Para Karen Armstrong, autora que se dedica ao estudo das relações entre Oriente e Ocidente, o termo fundamentalismo, entretanto, tem origem na própria sociedade Ocidental, muito antes de se utilizar esse conceito referendando o Oriente. Tal conceito remonta ao século XIX nos Estados Unidos quando os protestantes temiam que a chamada “Era moderna” da industrialização afastaria as pessoas da religiosidade e do purismo religioso. Ávidos pela modernidade, esses fiéis esqueciam-se dos fundamentos da fé e, nesse sentido, um grupo de religiosos teria, então, começado o resgate junto aos crentes estadunidense prestes a desviarem-se nas tentações da sociedade moderna: álcool, jogos, drogas, prostituição, etc. Segundo a autora, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*, Karen Armstrong afirma:

A mídia ocidental muitas vezes dá a impressão de que a forma de religiosidade armada e ocasionalmente violenta, conhecida como “fundamentalismo”, é um fenômeno puramente islâmico. O que não é verdade. O fundamentalismo é um fato global e em toda religião importante tem surgido como resposta aos problemas da nossa modernidade (ARMSTRONG, 2001, p. 219-220).

Armstrong demonstra que os fundamentalismos, ou seja, a observação mais rígida da religiosidade está presente em todas as principais religiões monoteístas. Contudo, observamos na mídia, principalmente a ocidental, uma vinculação única e exclusiva para o islã. Difícilmente são vistas em uma reportagem de televisão ou em impressos como jornais e revistas, ações ditas fundamentalistas de cristãos ou mesmo de judeus.

Noam Chomsky (2004) e seu debate em torno do imperialismo estadunidense se torna imprescindível para este estudo. O autor discute a ideia de manutenção do poder dos Estados

Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias. Em que pese, Chomsky propõe o debate a partir de alguns exemplos do governo Ronald Reagan (1981-1989) e, com ênfase especial, ao governo George W. Bush (2001-2009), principalmente as ações de retaliação do governo de Washington contra o Afeganistão no pós 11 de setembro de 2001 e, posteriormente, no Iraque em 2003, contra Saddam Hussein.

O desdém pelas leis e instituições internacionais foi especialmente flagrante nos anos Reagan-Bush – o primeiro reinado dos membros do atual círculo de Washington –, e seus sucessores continuaram a insistir que os Estados Unidos se reservaram o direito de agir “unilateralmente quando necessário”, incluindo aí o “uso unilateral do poderio militar” para defender interesses vitais, tais como “o acesso ilimitado a mercados-chave, suprimentos de energia e recursos estratégicos”. Essa postura, contudo, não era propriamente nova (CHOMSKY, 2004, p. 21).

O autor demonstra como o governo dos Estados Unidos contrariou a ONU impondo uma pauta de dominação e opressão militar para, pretensamente, salvar o mundo do oriente islâmico. Das questões apresentadas por Chomsky, nos interessa em particular a tese das duas potências mundiais: os Estados Unidos, principalmente o Estado e sua política de segurança nacional, além da opinião pública mundial.

E, nesse sentido, prossegue:

Estudos revelaram, no início de 2003, que o medo inspirado pelos Estados Unidos atingira picos impressionantes no mundo todo, juntamente com a desconfiança em sua liderança política. O menosprezo pelas necessidades e pelos direitos humanos elementares combinavam-se a uma demonstração de desdém pela democracia para o que não é fácil achar paralelos, tudo isso acompanhado de discursos abundantes em promessas de devoção aos direitos humanos e à democracia (CHOMSKY, 2004, p.10).

Parece-nos essencial a essa temática o debate em torno da dicotomia entre os conceitos de bárbaro e civilizado. O Búlgaro erradicado na França, Tzvetan Todorov, nos apresenta, em sua obra *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*, traduzido no Brasil em 2010, um estudo apurado e denso sobre as noções de barbárie, tendo por intento interpretar os conflitos que, atualmente, opõem países ocidentais ao resto do mundo.

Para falarmos das relações que se estabelecem entre povos ou sociedades, devemos abordar, inicialmente, uma questão difícil: será que se pode utilizar os mesmos critérios para julgar atos que têm a ver com culturas diferentes? Neste ponto, fica a impressão de que não se escapa a um exagero sem cair, imediatamente, em outro. Quem acredita em julgamentos absolutos, portanto, transculturais, corre o risco de considerar seus valores habituais como universais, de praticar um etnocentrismo ingênuo e um dogmatismo cego, convencido de deter para sempre o que é verdadeiro e justo (TODOROV, 2010, p. 23).

Desde o advento da modernidade, tais conflitos, sejam em qualquer dos âmbitos já referidos ou aqui propostos, têm sido reportados e anunciados através da imprensa. Seja através de jornais ou revistas, a mídia escrita e falada é o veículo que transpõe cotidianamente fatos e acontecimentos mundiais. Tal aspiração ao universalismo cultural e, por definição, de valores, é apresentada por Todorov como preocupante e, como o próprio autor alerta, um perigo se utilizado por lideranças mundiais para definir políticas internacionais. Nesse sentido, segundo o autor:

Tal pessoa corre o risco de tornar-se bastante perigosa no dia em que vier a decidir que o mundo inteiro deve beneficiar-se das vantagens próprias de sua sociedade e que, a fim de esclarecer melhor os habitantes dos outros países, ele tem o direito de invadir seus territórios. Esse foi o raciocínio adotado, no passado, pelos ideólogos da colonização, mas também, frequentemente, pelos apóstolos da ingerência democrática ou humanitária, hoje em dia. O universalismo dos valores ameaça, então, a ideia de que as populações humanas são iguais entre si e, portanto, também a universalidade da espécie (TODOROV, 2010, p. 23).

Os estudos relativos à imprensa como fonte para a escrita da História estão sendo cada vez mais utilizados e valorizados no meio acadêmico através da produção científica. Com o rompimento da historiografia tradicional, cuja ênfase recaía nas grandes estruturas, na oficialidade documental, militar e política, entre outros aspectos, esse viés de pesquisa está em franca ascensão. Assim, a produção historiográfica, tendo a imprensa como objeto e fonte de estudo, ganhou força e tornou-se elemento indispensável para o entendimento da história contemporânea.

A maior parte dos muçulmanos não é composta de fundamentalistas e a maior parte desses não é terrorista, mas a maior parte dos terroristas atuais é muçulmana e tem orgulho de se identificar como tal. Compreensivelmente, os muçulmanos reclamam que a mídia fala de movimentos e ações terroristas como “islâmicos”, e perguntam por que a mídia também não identifica os terroristas e o terrorismo irlandês e basco como “cristãos”. A resposta é simples e óbvia – eles não descrevem a si mesmos como cristãos. A queixa muçulmana é razoável, mas deveria ser dirigida àqueles que se fazem matéria de notícias, e não aos que noticiam. Osama Bin Laden e seus seguidores da Al-Qaeda podem não representar o Islã, e muitas de suas declarações contradizem diretamente princípios e ensinamentos islâmicos básicos, mas eles surgem de dentro da civilização muçulmana, tal como Hitler e os nazistas surgiram de dentro da cristandade, e também têm que ser situados em seu próprio contexto cultural, religioso e histórico (LEWIS, 2004, p. 129).

O orientalismo como visão ou ideia do Ocidente sobre o Oriente é utilizado, também, como mote para produtos de entretenimento: cinema, jogos, objetos da cultura pop, entre outros. Esse repertório é, muitas vezes, consequência de um mercado consumidor que se identifica com o discurso apresentado pelos criadores de tais produtos ou mercadorias. Um desses motes é o enfrentamento a um inimigo comum: os regimes totalitários da década de

1930-1940; os soviéticos e seus aliados, durante o período pós-Segunda Guerra até o esfacelamento do regime soviético em 1991 e, por fim, para seguir uma ideia cronológica, os povos do mundo Árabe e muçulmano.

Em 2013, o filme *Argo*, dirigido por Ben Affleck, ganhou o Globo de Ouro de melhor filme da Academia de Cinema. A entrega foi emblemática, pois o prêmio, um dos maiores na escala das honrarias da categoria do cinema hollywoodiano, foi feita pela então primeira dama estadunidense, Michelle Obama. A obra em questão procura retratar o episódio de resgate, arquitetado pela CIA, de 6 diplomatas estadunidenses no contexto da Revolução Islâmica Iraniana em 1979 e a tomada da embaixada dos Estados Unidos em novembro daquele ano. O longa-metragem, além de dirigido pelo ator Ben Affleck, tem o ator como protagonista da trama, um agente da CIA responsável pelo plano de resgate dos diplomatas em meio ao contexto revolucionário iraniano. De acordo com o professor Renato Costa:

Ao anunciar que “e o Oscar vai para... *Argo*”, Michelle Obama transmitia duas mensagens ao mundo, quais sejam, primeiramente de que o filme teria qualidade técnica, pois se não fosse o caso ele não vincularia sua imagem à produção; e, segundo lugar, que a mensagem política embutida em *Argo* deveria ser entendida como verdadeira (COSTA, 2017, p. 17).

Como de costume, a visão dos fatos gira em torno do heroísmo estadunidense que nunca mede esforços para proteger, resgatar ou salvar seus cidadãos, ou seja, norteamericanos em perigo. A audácia e eficiência da Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), como em outros filmes conhecidos, realça a ideia de tornar possível o impossível. Algo totalmente impensado ou que teria tudo para dar errado é contornado pela capacidade de infiltrar-se ou buscar meios de concretizar os objetivos. Enfim, planos perfeitos, sempre em nome de um bem maior, a salvação do planeta e, em especial, dos cidadãos estadunidenses são motes comuns.

Além disso, o filme retrata o Irã e seu povo como bárbaros, irracionais, exóticos e fanáticos religiosos. Uma questão emblemática nessa discussão é apresentada nas cenas em que os iranianos aparecem falando o farsi, língua oficial no Irã. Nessas cenas, a tradução simplesmente não é feita, passando a mensagem de que esses sujeitos não têm significância alguma, nem para serem traduzidos.

[...] como um projeto de propaganda, *Argo* é incrível – como documento, porém, é espúrio. Mas, num momento em que o Irã necessita ter sua imagem ainda mais destruída, nada melhor do que assistirmos a um filme com bárbaros pulando muros, gritando numa língua incompreensível e vestindo-se de modo exótico: assim, saberemos muito bem quem é o bom e o mau. Se um povo como o iraniano quase cometeu uma atrocidade com seis “diplomatas” estadunidenses, o que poderá fazer com uma bomba nuclear em mãos? Essa é a outra função

do cinema, nos mostrar quem são os mocinhos e os bandidos, pois mesmo nos *westerns* eles podem ser difíceis de identificar e é necessário que alguém nos guie para não “aprendermos errado” (COSTA, 2013).⁵

A produção de sentidos pela mídia, seja ela a imprensa escrita ou falada, elementos da indústria cultural e os pseudo-orientalistas, tem objetivos específicos. No caso dos conflitos/guerras contemporâneos no Oriente Médio, apresenta-se como um instrumento legitimador das ações bélicas ocidentais sobre sociedades orientais e que, segundo este discurso, necessitam de intervenção externa, o salvacionismo ocidental e racional, para resolver os problemas internos do Oriente irracional, violento e fundamentalista religioso.

Clarín: a Revolução Iraniana e seus desdobramentos por meio das charges de Landrú

O *Clarín* é considerado uma publicação de extrema direita e neoliberal. Além do período ditatorial, antes, em 1955, foi porta-voz da oposição que tirou do poder o presidente Juan Domingo Perón. Após, também fez oposição sistemática durante todo o governo de Cristina Kirchner (2007-2015). Segundo Silveira (2009), o grupo foi construído a partir de uma relação convergente entre a empresa jornalística e o poder político.

Clarín apresenta Khomeini, líder da revolução iraniana de forma irônica através das charges de Landrú, em uma edição de março de 1979, o aiatolá é alvo de sátira do jornal pela questão da vestimenta xiita, a túnica. Com um título em inglês: *Wash and Wear*, “lavar e vestir”, o imã⁶ vê-se indignado pelo fato de alguém ter deixado sua túnica molhada, fazendo com que ele ficasse sem roupas. Em virtude de um religioso xiita não usar roupas aos moldes ocidentais: calça, camisa, sapato etc, torna-se um mote para demonstrar a estranheza ou forma exótica que a cultura islâmica aparenta ao Ocidente.

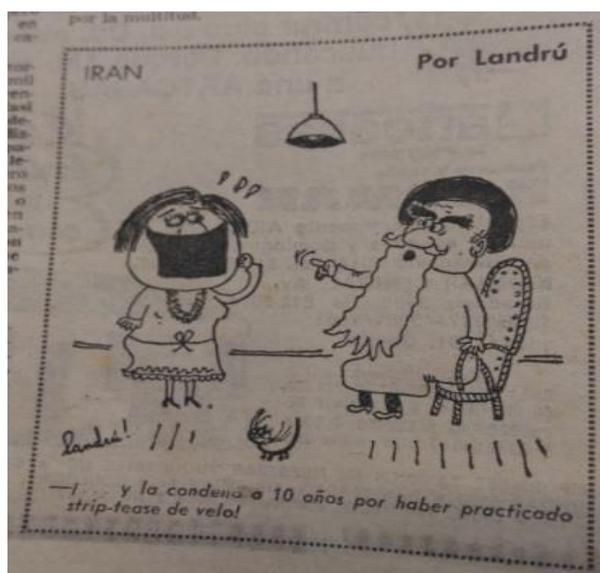
Em outra edição, ainda em março de 1979, o ataque ao plano de governo iraniano vem através da questão da mulher no Irã. Com o retorno de Khomeini, algumas práticas que já eram comuns entre as muçulmanas xiitas, mas que não eram obrigações no governo do xá, inclusive sendo reprimidas, passam a vigorar a partir do ingresso dos aiatolás no governo iraniano, sendo alvos de crítica no jornal. Observa-se uma mulher que estaria sendo punida pelo aiatolá por não estar usando o véu constantemente (*figura 2*).

Figura 1: Charge de Landrú no jornal *Clarín* com o título: "Wash and Wear"



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

Figura 2: Charge de Landrú no jornal *Clarín* com o título "Iran"



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

Na legenda, Khomeini condenava a mulher há 10 anos por ter cometido “strip-tease de véu”. O próprio termo *strip-tease*, em inglês e de tom sexista, demonstra o caráter machista e com preconceito de gênero que o jornal trata a figura da mulher. Assim, ao que parece, o fato de Khomeini estar punindo uma mulher iraniana por não cumprir as regras sociais impostas no Irã pós-Revolução são mais agressivas do que atrelar exclusivamente as mulheres ocidentais ao papel de prostitutas.

Figura 3: Charge de Landrú com o título “Surmanage”



Fonte: Jornal *Clarín*, 09 de novembro de 1979.

Na imagem, Landrú apresenta um casal cuja esposa buscava ajuda psiquiátrica para seu marido. O homem estava com problemas psicológicos devido ao excesso ou sobrecarga de trabalho, esgotamento emocional (o que sugere o termo francês *sumernage* no alto da ilustração). O sujeito em questão afirmava que o candidato à presidente dos Estados Unidos seria Edward Komeini [sic] e o “homem forte” no Irã era o aiatolá Kennedy. Portanto, um sarcasmo, típico desse estilo de ilustração, na troca dos nomes do aiatolá Khomeini e do senador estadunidense Edward Kennedy, também conhecido como Ted Kennedy.

Em outra imagem, esta datada de 12 de novembro de 1979, Landrú mostra dois iranianos conversando sobre a situação da crise dos reféns. Na ocasião, o então campeão mundial de boxe, Cassius Clay, estadunidense que se converteu à fé islâmica, passando a se denominar Mohammad Ali, o qual teria se oferecido para ser trocado pelos reféns da embaixada em Teerã. Na charge, um dos iranianos comenta a ideia proposta por Clay (Mohammad Ali), contudo, o outro iraniano retruca dizendo que não interessava, a menos que a troca fosse por *Farrah Fawcet*, atriz e modelo estadunidense que foi considerada um dos maiores símbolos sexuais do mundo na década de 1970. Fawcet notabilizou-se no cinema estadunidense por interpretar uma das “*Charlie’s Angels*” (1976), no Brasil a série de TV e, depois, longa-metragem: *As panteras*. Outro elemento da cultural ocidental, a vulgarização da figura feminina como objeto, aspecto refutado na cultural islâmica, porém tido como exógeno no Ocidente.

Figura 4: Charde de Landrú com o título “Iran”



Fonte: Jornal *Clarín*, 12 de novembro de 1979.

Ambas as charges (*Figuras 3 e 4*) trazem elementos culturais distintos. A questão da racionalidade é o tema central da primeira imagem. Enquanto o casal Ocidental procura ajuda médica para resolver o impasse, o elemento do irracionalismo iraniano em relação à crise dos reféns é reforçado de maneira intrínseca. Já na segunda, o elemento de gênero e sexista torna-se o tema trazido pelo autor. Sabendo que a visão de mulher no Ocidente como objeto sexual difere completamente dos padrões sociais islâmicos quanto ao papel da mulher na sociedade iraniana, a troca de Clay era insignificante se comparada com uma mulher ocidental, símbolo de desejo.

Nessa charge (*Figura 5*) o aspecto de falta de visão estratégica de Carter ou do governo da Casa Branca é o ponto central do debate. O autor passa a ideia de que, se Carter e os serviços de inteligência estadunidenses tivessem retirado os agentes diplomáticos assim que a revolução islâmica iraniana tivesse ocorrido, poderia não ter ocorrido a crise diplomática dos reféns. Especulações à parte, o fato de mencionar a Argentina torna-se uma clara exaltação à expertise diplomática portenha não repetida pelos Estados Unidos, ou seja, tratava-se de um bairrismo do cartunista.

Figura 5: Charge de Landrú com o título “Carter”



Fonte: Jornal *Clarín*, 16 de abril de 1980.

Com a manutenção da crise, sobretudo pelo impasse das reivindicações iranianas não serem atendidas pelo governo de Washington, principalmente: a extradição de Pahlavi para o Irã e o estorno dos bens do xá aos cofres iranianos, motes não faltavam para os cartunistas de *Clarín* apresentarem seu trabalho. Assim, em outubro de 1980, Landrú apresentava mais uma de suas obras. Dessa vez o alvo de seu sarcasmo era o aiatolá Khomeini.

Figura 6: Charge de Landrú com o título “Ayatollah”



Fonte: Jornal *Clarín*, 09 de abril de 1980.

Na figura 6, um comerciante oferece ao consumidor um íman (no português, imã), utensílio que serve para atrair objetos metálicos. Há um trocadilho com o mesmo termo, se analisada a forma de escrever, mas com significativa diferença em termos de religiosidade. Imã, na crença xiita duodécimo, é um líder espiritual ou governo ungido, sacralizado. Assim, o vendedor compara a não aceitação na libertação dos reféns por Khomeini com a utilidade do imã que atrai e não solta metais. O aspecto debatido nessa charge é a intransigência de Khomeini e dos iranianos quanto ao caso dos reféns. Entretanto, não é discutida a intransigência estadunidense na aceitação das exigências iranianas. Assim, no jogo de forças envolvendo vidas, os aferrados são os iranianos.

Com relação às reivindicações dos estudantes, entre outras questões, os jovens iranianos desejavam a extradição de Mohammad Reza Pahlavi, que havia partido em fuga para os Estados Unidos em janeiro de 1979. Imbuídos pelo fervor do processo revolucionário, o grupo de estudantes iranianos, que ocupou a embaixada, objetivava, em princípio, o retorno do xá para ser julgado através das leis do novo regime político, a *Sharia*. Além disso, após os primeiros dias da ocupação, foram acrescentadas outras reivindicações como, por exemplo, a devolução de bens, móveis e imóveis, dinheiro e títulos desviados pelo ex-monarca e sua família. Tais recursos teriam sido supostamente, depositados em bancos estadunidenses e europeus, principalmente na Suíça, ao longo de mais de três décadas de governo (1941-1979).

La captura de la embajada estadounidense en Teherán dejó entrever algo nuevo y desconcertante. Era la primera batalla en la guerra de Estados Unidos contra el islam militante, un conflicto que acabaría implicando a gran parte del mundo. La revolución iraní no era sólo una lucha nacional por el poder; había tocado un océano subterráneo indignación islamista durante medio siglo (BOWDEN, 2006, p. 19).

A repercussão do assalto à embaixada estadunidense em Teerã foi tão intensa quanto a própria mudança regimental no Irã. A questão agora não era apenas interna, se pensarmos nos efeitos ligados à política governamental iraniana, mas sim, o início de uma crise diplomática sem precedentes na história das relações bilaterais entre o Irã e os Estados Unidos. Durante 444 dias Irã e Estados Unidos mediram forças pelo desfecho da crise que envolvia de um lado o cárcere de diplomatas e funcionários da embaixada estadunidense e, de outro, as exigências dos iranianos quanto ao futuro do ex-xá, Mohammad Reza Pahlavi.

Considerações Finais

A partir do exposto, tanto acerca do conceito de Orientalismo, quanto nas imagens do chargista argentino Landrú, pode-se observar que os discursos, teóricos e imagéticos, tomam um ar de vozes autorizadas, definindo, dessa forma, o que é melhor para o mundo. Assim, é forjada uma leitura de mundo ideal e correta, na qual a opinião do outro (não europeu) é irrelevante, uma vez que não possuem discernimento suficiente para guiar suas vidas. A imprensa, inclinada a este conteúdo, potencializa esses discursos estigmatizantes e rotuladores sobre o islâmico ou muçulmano, atribuindo-o caráter das guerras e dos conflitos como oriundos apenas das práticas locais, naturalizando e banalizando a violência com mote religioso.

A mídia tem, portanto, o poder de construir essa diferença, de instituir um modelo de sociedade certa e uma errada, justa ou injusta, boa ou má. Cabe ao leitor definir qual deve escolher a partir do aparato de informações que lhe são selecionadas e apresentadas.

A questão é esse “exótico” ser reconfigurado na lógica político-social contemporânea como marginal pelo discurso jornalístico apresentado, e as características culturais-religiosas desse Islã são problematizadas como fundamentalistas ou terroristas dentro do cenário liberal que os valores sociais modernos do Ocidente sobrepõem ao modo de viver do Outro-Islã; identificando o muçulmano como fundamentalista, extremista, radical ou mesmo terrorista (GOMES, 2014, p. 83).

Nesse sentido, Said, na obra *Converging Islam* argumenta sobre as consequências que as generalizações feitas pela imprensa, de forma irresponsável e descomprometida, podem gerar. Obviamente, sem entrarmos no mérito da apropriação em quantidade e qualidade das informações jornalísticas, algo difícil de mensurar são as notícias que circulam em grandes conglomerados jornalísticos, cujo prestígio e confiabilidade são significativos, uma vez que se trata de uma imprensa consolidada, tornam a responsabilidade com o que é reportado, ainda maior.

Muito comum na imprensa, a pretensa neutralidade ou compromisso com uma dita “verdade”, o Orientalismo também se reveste de autoridade, erudição e cientificidade. Dessa forma, não se apresenta como opinião, mas sim como verificação do fato e apresentação deste. É como se os redatores usassem o jargão: “contra fatos não existem argumentos”, ou basicamente seria essa a razão pela qual o *Orientalismo* na imprensa se articula de forma tão bem engendrada, produzindo sentidos planejados pelo editorial ou com uma mensagem que vai ao encontro do público-alvo do impresso.

Passados 40 anos da revolução iraniana, observamos a manutenção do discurso de ódio sobre o Oriente (Irã) por parte do Ocidente (principalmente Estados Unidos). As conexões com o terrorismo, fundamentalismo religioso homogeneizador e todo tipo de estereótipos ligados aos preceitos da fé islâmica, permanecem vivas e, por vezes, revigoradas. Basta lembrarmos que o último embate entre Irã e Estados Unidos se deu quando o presidente Donald Trump ordenou o assassinato do General iraniano Qasem Soleimani, ocorrido no Iraque em janeiro de 2020.

Desta forma, a construção do outro a qual nos referimos e, nesse caso tratando-se do islâmico no Ocidente, precisa ser debatida e combatida através da exposição. Para tanto, as pesquisas nos campos das Ciências Sociais: História, Antropologia, Geografia, Ciências Políticas, enfim, todas as áreas possíveis se fazem de extrema importância e necessidade. É urgente o imperativo em demonstrar que o discurso salvacionista, humano e libertador ocidental, sobretudo o estadunidense, pode ser, na verdade, tão ou mais belicoso do que qualquer outro no mundo, principalmente se comparado com o Oriente, seja ele o islâmico ou não.

Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CHOMSKY, Noam. **O império americano: hegemonia ou sobrevivência**. Tradução – Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COGIOLLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COSTA, Renato J. **Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã**. São Paulo: Porto de Idéias, 2017.
- JORNAL CLARIN. **Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno**, Buenos Aires, Argentina.
- LEWIS, Bernard. **Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- _____. **O que deu errado no Oriente Médio?** Tradução – Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. **A crise do Islã: guerra santa e terror profano**. Tradução – Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. Tradução por Jaime A. Clasen. – São Paulo: Boitempo, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução, Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Converging Islam**. How the media and the experts determine how we see the resto of the world. London: Vintage Books, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**: para além do choque das civilizações. Tradução – Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Notas:

¹ Este texto tem como base a Tese intitulada: “Orientalismo Impresso: a Revolução Iraniana sob o prisma dos jornais Clarín e Folha de S. Paulo” defendida em 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH-UPF.

² Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professor substituto do curso de História da Universidade de Passo Fundo. Professor de História na Rede Municipal de Ensino de Getúlio Vargas/RS. E-mail: david_zanoni@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-8743-5450>

³ SAVAK (em persa: ساواک, abreviação de سازمان اطلاعات و امنیتی کشور, *Sāzemān-e Ettelā'āt va Amniyat-e Keshvar*, em inglês: National Intelligence and Security Organization; em português: Organização de Segurança e Inteligência Nacional) era a polícia secreta, o serviço de segurança interna e o serviço de inteligência criado pelo Xá Mohammad Reza do Irã com a ajuda da Agência Central de Inteligência (a CIA) dos Estados Unidos. A SAVAK operou entre 1957 até 1979, quando a dinastia Pahlavi foi derrubada. A organização foi descrita como a "instituição mais odiada e temida" do Irã antes da Revolução de 1979 por causa de sua prática de torturar e executar opositores do regime Pahlavi.

⁴ Disponível em: <https://documents.un.org/prod/ods.nsf/home.xsp>. Acesso em 22 jan. 2020, às 15h32min.

⁵ COSTA, Renatho. Por que “Argo” deve ganhar o Oscar? In: Sul/21, 4 de fev. 2013. Disponível em: www.sul21.com.br/jornal/por-que-argo-deve-ganhar-o-oscar/>. Acesso em 08 jul. 2020, às 19h48min.

⁶ Autoridade religiosa no xiismo duodécimo.